



Moções da 13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos

Brasília/DF, 10 a 12 de dezembro de 2025

As pessoas delegadas da 13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, reunidas entre 10 e 12 de dezembro de 2025, apresentaram 55 moções, das quais 37 foram aceitas conforme os critérios previstos no Regimento Interno para serem lidas na Plenária Final, realizada no dia 12 de dezembro de 2025.

Apelo	
M-03	<p><u>Moção de apelo pela institucionalização da Política Nacional de Regularização Fundiária como política de Estado para garantia do Direito Humano à moradia digna, justiça territorial e reparação histórica.</u></p> <p>231</p> <p>Emanuely Emily Correa dos Santos</p> <p><i>Moção de apelo que insta os Poderes da República, no âmbito dos compromissos da 13ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, a adotarem e implementarem uma Política Nacional de Regularização Fundiária como Política de Estado permanente e transversal. Apela-se pela priorização de comunidades periféricas urbanas, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, assegurando segurança jurídica, moradia digna, infraestrutura e serviços básicos, em conformidade com os princípios da participação social, justiça territorial e reparação histórica.</i></p>
M-08	<p><u>Moção de garantias de direitos pela maternidade digna e contra o afastamento compulsório de mães e filhos.</u></p> <p>217</p> <p>Luz Morena Cerroti de Abreu</p> <p><i>Moção pela proteção da maternidade e infância, reconhecendo que o afastamento compulsório de mães e filhos, sob argumentos não razoáveis configura grave violação de Direitos Humanos; Requerendo a revisão urgente de protocolos de acolhimento e perícia, prevenção da violação institucional e vicária, apoiando o estatuto nacional de proteção à infância e à maternidade e de prevenção à violência institucional e a revogação da lei de Alienação Parental culminada com o banimento dos termos e correlatos.</i></p>



13ª

CON
DH

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

POR UM SISTEMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

10 a 12 de dezembro de 2025 | Brasília - DF



M-09

Moção em defesa dos direitos das mulheres e pelo enfrentamento ao feminicídio e à misoginia online

178

Luana Franca Amorim

Moção em defesa dos direitos das mulheres e pelo enfrentamento ao feminicídio e à misoginia online

M-10

Em defesa das pessoas idosas o "bem viver" com dignidade e respeito.

179

Maria Elisa Carneiro de Sant'Anna

As ações políticas devem garantir dignidade, respeito e proteção integral à pessoa idosa, combatendo qualquer forma de violência ou discriminação. Devem promover saúde integral e acesso a serviços de qualidade, além de fortalecer a participação social e o envelhecimento ativo. Também é essencial estimular vínculos familiares e comunitários, assegurando inclusão e "bem viver"

M-11

Ampliação do orçamento destinado à Bolsa Permanência para acadêmicos de medicina em situação de vulnerabilidade socioeconômica vinculados ao programa Mais Médicos.

181

Guilherme de Andrade A [...]

A moção "Ampliação do orçamento destinado à Bolsa Permanência para acadêmicos de medicina em situação de vulnerabilidade socioeconômica vinculados ao programa Mais Médicos" solicita que o Ministério da Educação em articulação com o Ministério da Saúde, amplie e reestruture o orçamento já existente e aprovado para a Bolsa de Permanência.

M-14

Mulheres Vivas - Basta de feminicídio

215

Maria das Neves de Sá M. Filha

Basta de feminicídio - pelo fim da violência contra as mulheres. Criança não é mãe, nem esposa. Estuprador não é pai. Por Julieta Hernandez e todas as vítimas de feminicídio.

M-15

Mapeando o Axé - Terreiros, Casas Afro

179

Juliana Barbosa - Mãe Ju de Oyá

Para mapeamento atualizado dos povos de terreiro, candomblé, umbanda, jurema, tambor de mina, batuque omulocô etc.



M-21	<u>Moção de recomendação ao Ministério da Justiça e Segurança Pública pela ampliação do efetivo e qualificação do atendimento no controle migratório.</u> 208 Carolina Soares Hissa e Saturnina Da Costa <i>Moção pela garantia do direito à regularização documental e ao tratamento digno. Apela-se pelo atendimento da Polícia Federal a fim de combater a irregularidade migratória involuntária e assegurar o pleno acesso aos direitos de migrantes, refugiados e apátridas.</i>
M-22	<u>Execução da Política população de rua pelo Poder Público. Lei 7.053 (Moradia popular e dignidade).</u> 197 Marcela Gomes Bezerra <i>Que a política de população de rua se tornem uma realidade concreta, saia do papel, fortalecendo vidas e garantindo direitos. Lei 7.053 precisa ser integralmente executada.</i>
M-33	<u>Pela criação urgente da Comissão Nacional Interministerial para atuação e combate dos despejos e conflitos fundiários urbanos.</u> 181 Vitória Regina Lima Ramos <i>Moção urgente pela criação da Comissão Nacional Interministerial para atuação e combate dos despejos e conflitos fundiários urbanos.</i>
M-34	<u>Moção nacional de apelo pela reabertura de cozinhas solidárias e fortalecimento da segurança alimentar no Brasil</u> 215 Damazio Gomes da Silva <i>A 13ª Conferência Nacional de Direitos Humanos apela pela imediata reabertura da Cozinha Escola Academia Carolinas, na cidade de Tiradentes/SP, suspensa de forma abrupta e sem fundamentação e pela expansão das cozinhas solidárias e comunitárias como política essencial de segurança alimentar, inclusão social e combate à fome.</i>
M-36	<u>Moção nacional de apelo ao Ministério dos Direitos Humanos para monitoramento urgente da Política Nacional para a População em Situação de Rua</u> 178 Anderson Clayton Rosa



- A 13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos apela ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para que intensifique o monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, diante do agravamento de prática de expulsão, remoção forçada e repressão institucional contra pessoas em situação de rua nas regiões Sul e Sudeste, em afronta à constituição e à ADPF 976 de Supremo Tribunal Federal.

M-38	<u>Repúdio a transfobia religiosa</u>
-	182
-	Mel Corrêa Rosário
-	<i>Repúdio a transfobia religiosa</i>

M-43	<u>Moção de Denúncia à Corte Interamericana de Direitos Humanos pela omissão do Estado Brasileiro na titulação dos territórios quilombolas</u>
-	198
-	Rita Lopes dos Santos
-	<i>A presente moção de denúncia busca dar visibilidade internacional à omissão de um direito constitucional fundamental, cujo atraso secular compromete a vida, modo de vida, cultura e dignidade de comunidades quilombolas por todo o país.</i>

M-44	<u>Moção de Apelo pela imediata publicação do Edital de Seleção de peritos e peritas do MNPCT.</u>
-	393
-	Jacque Cipriany
-	<i>Moção de Apelo pela imediata publicação do Edital de Seleção de peritos e peritas do MNPCT.</i>

M-46	<u>Moção nacional de apelo, valorização e reconhecimento de mulheres trans, travestis, homens trans, pessoas intersexo e não binárias nas políticas de direitos humanos</u>
-	179
-	Scarlett Gonçalves de Oliveira da Silva
-	<i>A Conferência Nacional de Direitos Humanos reconhece a relevância institucional, política, cultural e jurídica da atuação de Scarlett Gonçalves de Oliveira da Silva, mulher trans, ativista e defensora dos direitos humanos, cuja trajetória contribui diretamente para o avanço das políticas voltadas para a população LGBTQIAPN+ e direitos humanos.</i>

M-54	<u>Apelo pela ampliação do acesso à Canabis Medicinal como política de saúde pública, direito humano e reparação histórica</u>
-------------	--



-	187
-	Emanuely Emily Correia dos Santos
-	<i>Moção de apelo pela imediata revisão das normas restritivas e pela implementação de uma política pública de acesso universal, gratuito e seguro à cannabis medicinal no SUS, assegurando o direito à saúde e a reparação histórico-social, com prioridade para as populações vulnerabilizadas pela "Guerra às Drogas"</i>
-	
M-55	<u>Pela garantia do direito ao pertencimento, defesa ecológica e inovação sustentável no território Dubai M8 - Mangabeira 8, João Pessoa/PB</u>
-	178
-	Weslley Pereira das Chagas
-	<i>Eixos prioritários: 1) Direito à moradia, à terra, ao pertencimento e à cidade justa. 2) Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à proteção da Mata Atlântica e à saúde comunitária.</i>
-	
Apoio	
M-04	<u>Apoio pelo reconhecimento do movimento Hip Hop como estratégia de estados para educação em Direitos Humanos e Cidadania.</u>
-	251
-	Emanuely Emily Correa dos Santos
-	<i>Moção de apoio e recomendação para que o estado brasileiro reconheça oficialmente o movimento Hip Hop, em seus elementos (Rap, DJ, Breakdance e Grafitti), como ferramenta pedagógica e política essencial para a educação em Direitos Humanos, o enfrentamento ao racismo estrutural e a promoção da cultura de paz nas periferias.</i>
-	
M-12	<u>Em defesa dos defensores e defensoras de direitos humanos e contra o financiamento público das comunidades terapêuticas</u>
-	221
-	Mariane Regina Salles Panek; Ana Paula Freitas Guljor
-	<i>Moção de repúdio à criminalização de movimentos sociais, defensores de direitos humanos e vítimas de violências em CTs, contra o financiamento público das CTs e da "Guerra às Drogas". Pela retirada das CTs das RAPS e pelo cuidado em liberdade com redução de danos.</i>
-	
M-24	<u>Aumento das vagas de atendimento para regularização migratória</u>
-	181
-	Claudine Shindany Kumbi
-	<i>Flexibilização e ampliação das vagas de atendimento na Polícia Federal</i>
-	



M-26	<u>Pela Cultura e identidade periférica</u>
-	180
-	William da Silva Domingos de Oliveira
-	<i>Apoio ao conceito rua pelo trabalho de promoção cultural, fortalecimento das identidades das periferias e a realização do 9º Festival Afro, que contribui para o pertencimento e valorização da juventude vulnerabilizada.</i>
-	
M-41	<u>Moção nacional de apoio à campanha permanente contra a tortura e as iniciativas de movimento e prevenção do crime de lesa-humanidade</u>
-	178
-	Hélio Augusto de França Teixeira
-	<i>A 13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos manifesta apoio integral à campanha permanente contra a tortura, iniciada no estado de São Paulo, reafirmando que a tortura é crime de lesa-humanidade, devendo ser prevenido, monitorado, investigado e responsabilizado conforme o protocolo de Instambul</i>

Repúdio

M-01	<u>Repúdio e enfrentamento a intolerância e racismo religioso no estado Goiás</u>
-	273
-	Davicleia Ferreira da S. Laoriele
-	<i>O instituto cultural movimento Agô entidade comprometida com a promoção dos direitos humanos, a defesa das comunidades tradicionais e o combate intransigente ao racismo religioso, vem a público apresentar a moção de repúdio e enfrentamento aos crescentes casos de intolerância e racismo religioso praticados contra o povo de Terreiro no estado de Goiás de ameaças, invasões, depredações, violências psicológicas, incêndios dirigidos às casas de axé, sacerdotes de religiões de Matriz Africana e Afro ameríndios.</i>
-	
M-05	<u>Repúdio às Incidências Governamentais MEPCT/AC</u>
-	181
-	Alexandre Luis de Andrade
-	<i>Repúdio das Incidências governamentais que buscam cessar a autonomia e independência funcional dos peritos do Mecanismo de Prevenção e Combate a tortura do Acre/ MEPCT/AC</i>
-	
M-06	<u>Moção de repúdio ao crime socioambiental da mineração de Salgema - Maceió / AL e de Apelo por reparação integral às famílias atingidas</u>
-	225
-	João Vitor Lourenço Batista do Nascimento



- *Repúdio ao desastre socioambiental causado pela mineração de Salgema em Maceió / AL, que resultou no afundamento de cinco bairros, deslocamento forçado de milhares de famílias, destruição de territórios, perda de vínculos comunitários e violação massiva de Direitos Humanos. Solicita-se responsabilização efetiva, reparação integral, garantia de moradia digna e acompanhamento contínuo das políticas de proteção para a população atingida.*

M-13

Reabertura da escola que se encontra fechada

215

Katiane Rangel

A comunidade quilombola de povoação, localizada no município de Linhares, estado do Espírito Santo, por meio desta nota, vem a público manifestar profundo repúdio a falta de valorização da cultura e da produção manufatureira quilombola e à ausência de políticas públicas efetivas que assegurem o fortalecimento e a preservação de nossos modos de vida tradicionais.

M-16

Repúdio ao PL AntiFacção

186

Marcela de Andrade Gomes e Jakeline Barros da Silva

A Agenda Nacional pelo Desencarceramento, manifesta repúdio ao PL Antifacção, por violar princípios constitucionais e compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro

M-18

Moção de Repúdio à Apropriação do Orçamento Público Federal pelo Parlamento Brasileiro por meio das emendas individuais e da bancada

178

Darci Frigo e Sandra Carvalho

Apropriação do orçamento público federal pelo Parlamento brasileiro por meio das emendas individuais e de bancada

M-19

Moção de Repúdio Contra o PL Nº 1473/2025

208

Ayara Evilania, Maria José Araújo Silva e Bruno Martins

A moção de repúdio contra o PL: 1473/2025. O projeto de lei nº 1473/2025, de autoria do Senador Fabiano Contarato (PT - ES), propõe o endurecimento das regras para adolescentes de atos infracionais. O projeto recebeu 20 votos e foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e seguirá para a votação em turno suplementar antes de ser enviado à Câmara dos Deputados para análise

M-23

Contra o Marco Temporal PEC 48/2023



13^a



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

POR UM SISTEMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

10 a 12 de dezembro de 2025 | Brasília - DF



- **204**
- **Way Saná-Marya Reny S. C. Gouvêa**
- *Repúdio ao Congresso Nacional pela aprovação da PEC 48/2023 do Marco Temporal.*
-
- **M-25**
- Moção Nacional de repúdio à apuração de projeto de Lei que concede anistia indireta e redução de penas aos responsáveis pelos atos golpistas de 8 de janeiro.
- **179**
- **Ricardo Souza dos Santos**
- *A 13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos manifesta veemente repúdio à aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei que cria mecanismos de anistia indireta, redução de penas ou abrandamento das consequências jurídicas aplicadas aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.*
-
- **M-31**
- Contra o PDL da pedofilia. Em defesa das infâncias e adolescência: rejeição ao PDL 3/2025 e fortalecimento da Resolução do CONANDA nº 258/2024 para o atendimento integral a vítimas de violência sexual
- **178**
- **Edna Cristina Jatobá**
- *Contra o PDL da pedofilia e apoio à resolução nº 258 do CONANDA*
-
- **M-32**
- Repúdio aos ataques sofridos ao Presidente da Condepe-SP
- **186**
- **Cheila Maria Subenko Olalla**
- *A perseguição sofrida pelo presidente do Condepe, Adilson de Souza Santiago, por parte do ex Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo e do Tribunal de Justiça de São Paulo.*
-
- **M-37**
- Repúdio a transfobia e crime de ódio transfóbico
- **184**
- **Mel Corrêa Rosário**
- *Repúdio a transfobia e crime de ódio transfóbico.*
-
- **M-40**
- Moção de repúdio ao PL 1.473/2024 - ataque ao socioeducativo e à proteção integral, falsa resposta à violência
- **183**
- **Edna Cristina Jatobá de Barros**
- *Repúdio ao PL 1473/2024, que pretende aumentar o tempo máximo de internação para até 10 anos, impondo punição, mais encarceramento e mais violência institucional.*



13^a

CON
DH

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

POR UM SISTEMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

10 a 12 de dezembro de 2025 | Brasília - DF

-
M-42

Ao fechamento dos serviços da assistência social no município de São Paulo, em especial à casa de Acolhida Especial para migrantes e refugiados IBENEZÉ (CEF)

183

Claudine Shindany Kumbi

A 13ª Conferência Nacional de Direitos Humanos manifesta repúdio ao fechamento de serviços de Assistência Social pela prefeitura de São Paulo especialmente à Casa de Acolhida Especial para imigrantes e refugiados - IBENEZÉ (CEF); única unidade da cidade que mantém familiar migrantes acolhidas integrantes no mesmo espaço.

-
M-53

Garantia de direitos e reparação imediata pela proteção dos direitos humanos dos ribeirinhos de Santa Bárbara e da Bacia do Rio Paraopeba diante da contaminação por rejeitos da mineração

181

1ª Conferência Livre de Direitos Humanos da Bacia do Rio Paraopeba - Movimento Paraopeba Participa, comissões de atingidos, comunidades e organizações signatárias.

Moção pela proteção dos direitos humanos dos ribeirinhos de Santa Bárbara e da Bacia do Rio Paraopeba diante da contaminação por rejeitos da mineração. Nós delegadas e delegados da 13ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, reunidos na etapa nacional, expressamos nossa profunda preocupação com a situação das comunidades ribeirinhas de Santa Bárbara e de toda Bacia do Rio Paraopeba, que convivem diariamente com rejeitos da mineração, água contaminada, solo poluído e perda de suas condições de vida, saúde, soberania alimentar e permanência no território. Sem justiça ambiental não há direitos humanos garantidos.